

Memória, História e Identidade Nacional: O que é ser herdeiro político de Dona Joaquina do Pompéu?

Gilberto Cezar de Noronha¹ - PPG-UFU

Não são poucos aqueles que têm se debruçado sobre a questão da identidade nacional brasileira: literatos, cientistas sociais, políticos buscando o que seja tipicamente brasileiro ora pela tentativa de se conceber um tipo brasileiro, frente ao problema da raça num país multi-étnico e mestiço, na virada do século XIX; ora pelo tipo de organização político-social que comporta o problema da estratificação da sociedade em pleno alvorecer do século XXI.

Nessa busca incessante, trilharam-se caminhos diversos e re-visitam-se lugares comuns. Ressentimentos pelo que não tivemos, por nossa incapacidade em triunfar, pela eterna incompletude de nossa identidade – a noção de carência². Aqueles que pensaram o Brasil, de uma perspectiva interna ou externa, mas sempre sobre o mesmo recorte ‘nacional’, também ‘detectaram’ um mal de origem: a negatividade. Outro lugar comum é a idéia de que o interesse privado predomina sobre o público, herança do tipo de colonização a que fomos submetidos.³ Colonização que persiste na constatação comum de que não temos pensamento próprio e importamos idéias vindas de fora, como constata Oliveira Vianna e tantos outros. Pensar o Brasil nos remete quase sempre a questões semelhantes com o que escreveu Zweig, ainda no começo do século XX: *“Tudo o que hoje denominamos brasileiro e como tal reconhecemos, não é possível explicar por meio de uma tradição própria”*. Talvez o conjunto não tenha um único sentido, embora muitos não tenham se furtado à tentativa de ‘forjá-lo’. Para se dar um sentido ao Brasil, é necessário uma volta ao passado⁴, inventar uma tradição, pois a identidade nacional é uma elaboração mental aberta *“ao constante refazer frente a demandas históricas”*⁵

Da Independência, em 1822, à virada do século XIX para o XX, suscitada pelos movimentos abolicionista e republicano, a busca *“se mantém durante as décadas de 1920 a 1940, nos textos de autores críticos das instituições republicanas de cunho liberal e federativo”*⁶. Mas por que persiste essa busca até o século XXI? Indagando sobre quem somos, o que queremos ser, projetando imagens de nós mesmos: buscamos o futuro⁷.

Como observou Déloye, a identidade nacional não é uma essência imutável. Constitui “*espaço de conflito permanente entre os que pretendem, concorrentemente, determinar seu fundamento e seu conteúdo. Reflexo das lutas históricas (...) é resultado de um trabalho de construção social*”⁸. Nesse sentido, Bresciani está convencida de que é importante “*refletir sobre o modo de elaboração das imagens identitárias, o material utilizado por seus artesãos, a eficácia delas na definição de papéis sociais, nas acomodações e nas lutas políticas*”⁹.

Bresciani discute a recorrência da temática da identidade brasileira, considerando-a como um lugar comum, inserida na dimensão mais ampla da cultura ocidental. A questão da identidade nacional traz consigo o pressuposto de um recorte ‘nacional’ que, de acordo com a autora, torna-se ‘uma camisa de força’ que nos faz reincidir em uma mesma obsessão de construção da identidade, obsessão essa comum a todos os estados ocidentais. A busca da identidade se dá recorrendo-se ao caráter mítico da nação.¹⁰

Nação que, para Marilena Chauí, constitui um ‘semióforo-matriz’ das sociedades modernas e contemporâneas. Semióforo símbolo do invisível, celebrando a unidade indivisa dos que compartilham uma crença ou um passado comum: “*posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social*”.¹¹

Ao enfatizar a prisão constituída pelo recorte nacional, que faz ressurgir a preocupação com a questão da identidade nacional nos dias atuais, Bresciani se volta para os projetos políticos inerentes às construções e releituras do Brasil, e do que já se escreveu anteriormente. É nesse sentido que a constante retomada do tema se constitui num lugar do comum.

Observando a cronologia estabelecida por Hobsbawm, para o surgimento e evolução da idéia de nação, Chauí identifica nessa ‘evolução’ de significados do termo/semióforo, três variações: princípio de nacionalidade, idéia nacional e questão nacional. Nessa ‘evolução’ estão colocados à nação, o caráter de construção ou invenção de uma tradição posta por necessidades históricas e por grupos específicos nas lutas de poder. Para Chauí, a compreensão do processo histórico de invenção da nação “*nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja, a passagem da idéia de*

‘caráter nacional’ para a de ‘identidade nacional’.” Auto-suficiente, o conceito de caráter nacional não necessita de uma referência externa para sua definição, é algo pleno e completo (positiva ou negativamente), *“é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma natureza humana determinada”*. A identidade nacional, por sua vez, se define pela diferença em relação ao outro, que se apresenta como *“uma totalidade incompleta e lacunar (...) feita de faltas e privações”*¹².

Sem distinguir identidade e caráter nacional, nem os períodos em que cada um opera naqueles que pensaram o Brasil, Bresciani trabalha com a definição de identidade nacional proposta por Déloye que comporta essas duas dimensões, chega à mesma conclusão de Chauí em relação ao movimento de retomada dos ‘Intérpretes do Brasil’, na atual discussão da identidade nacional: A busca não rompe com o recorte nacional, com os lugares comuns e constitui, ela mesma, um lugar comum (ou uma ideologia, como a define Chauí¹³). Por caminhos diferentes, as autoras caracterizam essa busca atual da identidade nacional: como força de ideologia (para Chauí), ou um lugar do comum (para Bresciani), na perspectiva do atraso e do subdesenvolvimento, pelo que falta (carência), pela privação das características que nos fariam completos¹⁴. Busca comparativa entre nós e os outros. Negação do outro, mas tomando-o como parâmetro¹⁵.

No próprio termo utilizado por Chauí (ideologia), ou na reiterada afirmação da finalidade política de toda constituição de identidade, posta por Bresciani, expressam-se os desafios para se pensar a releitura do Brasil (das imagens construídas pelos chamados seus intérpretes) feita nos últimos tempos e da necessidade de identificar os projetos políticos colocados nesse movimento de volta às origens, via materiais que as instituíram, através da visão daqueles que interpretaram a chamada realidade brasileira. Acredito que meu tema específico de pesquisa suscita questões concernentes a essa temática. Procurarei refletir como se processa, na escala local, a inserção de determinado grupo social de Minas Gerais, que elabora suas imagens identitárias (identificação com o regional – ser mineiro e com o nacional – ser brasileiro) a partir de uma narrativa construída com elementos da história e da memória de D. Joaquina do Pompéu¹⁶, e assim, definindo-se como detentores de um ‘espírito político’ tido como justificativa do exercício do poder, em nível local e regional, e os projeta nas lutas políticas nacionais.

Constroem imagens identitárias e aderem a outras já construídas. Um grupo social que se auto-define ‘descendente de D. Joaquina’, como um clã político tradicional, na acepção de Oliveira Vianna¹⁷. Nesse sentido, Joaquina do Pompéu, lembrada como uma grande fazendeira do século XVIII/XIX, pode ser entendida como um semióforo ‘particular’, no sentido exposto por Chauí, que se encarrega de unir determinado grupo social e, ao mesmo tempo, identificá-lo ao ‘semióforo-matriz’ da nação. A identidade nacional, nesse contexto, é entendida como “o caráter daquilo que permanece idêntico a si mesmo ao longo do tempo”, em seu segundo sentido, como a distingue Déloye, “uma definição essencialista” em que o Estado é tido como o unificador e amalgamador das diferenças regionais.¹⁸ Nessa definição do que é nacional – do caráter nacional – ocorrem disputas entre as regiões sobre a primazia de determinadas partes do Brasil como a força formadora dessa identidade.

Na década de 1920, há uma disputa entre o nordeste, o sudeste e o sul¹⁹ pela primazia do caráter nacional: Gilberto Freyre, Oswald de Andrade e a época dos manifestos. No sudeste, existe uma disputa entre São Paulo e Minas Gerais²⁰. Os mineiros, a propósito, realizam uma leitura particular, de caráter mítico sobre sua inserção na nacionalidade, apresentando-se como a síntese do Brasil onde se forjaria o caráter do brasileiro.²¹ Dentre as soluções dos mineiros para inserir a região no ‘todo nacional’, observa-se a construção mítica da mineiridade (o caráter do mineiro), como bem revelou Maria Arminda Arruda. Ao desvendar o processo de construção da identidade mineira, a autora percorre, numa perspectiva regional, os liames da construção da identidade do brasileiro – ou da brasilidade. Arruda mostra que a construção mítica (parte integrante de todo processo de construção de identidade) do regionalismo mineiro é uma resposta acabada para as questões da identidade nacional brasileira²². Observa a autora que esse regionalismo se encontra conectado à simbologia da nacionalidade e não consegue desconhecer a unidade. A identidade do mineiro – mineiridade – seria uma forma de inserção de certos grupos (especificamente a classe dominante, políticos, proprietários) na ‘esfera’ nacional. Como nos lembra Bresciani, o fundo mitológico inerente à construção da identidade nacional se manifesta na “definição de uma origem, de um enredo histórico ou percurso coerente”.²³

Dona Joaquina do Pompéu (1752-1824), até hoje lembrada pela população do centro-oeste de Minas Gerais, teve sua lembrança conservada de diversas formas: registros escritos, em

relatos orais, em monumentos públicos, dando nomes a ruas nas cidades da região, registros iconográficos (pintura, gravura, escultura). Ao longo dos anos que se passaram entre a vida dessa personagem histórica e das apropriações que se fizeram de sua figura, houve acréscimos, perdas, interpretações, significações que a tornam multifacetada, porque memória. Já não é o presente nem o passado, nem identificação ao presente nem ao passado: é lembrança do passado no presente.²⁴

Dentre os vários registros da lembrança que fixaram e transmitiram determinados sentidos à memória de D. Joaquina do Pompéu, a literatura memorialista relaciona sua história ao surgimento de uma suposta tradição política da região. Para se discutir a construção da identidade do grupo que se identifica como descendente e herdeiro político de Dona Joaquina do Pompéu consideramos também, além dos documentos escritos produzidos pelo grupo, relatos orais, dos descendentes e da população da região do Alto São Francisco, e outras formas de registro da história e da memória dessa fazendeira. Procuramos atentar para as formas específicas das narrativas da memória, em seu diálogo com a história. Na estruturação das narrativas, tanto escritas quanto orais, procuramos atentar para os elementos constitutivos da memória: A importância dos lugares de memória, do caráter projetivo da memória e da fusão de tempos que ela propicia, na sua ação interessada.²⁵ Num levantamento sobre as diversas formas que essa fazendeira do século XVIII/XIX adquiriu nos atos de lembrança, três imagens se destacaram:

a) **Joaquina a Matriarca/Patriarca do oeste Mineiro**: imagem presente nos escritos e lembranças, principalmente daqueles que se identificam como seus descendentes ou herdeiros políticos. Grupo que exerce o poder político nos municípios do centro-oeste mineiro, na capital do Estado, Belo Horizonte; muitos conseguiram chegar a cargos federais, como deputados, senadores ou ministros de Estado. Os políticos locais estão ligados à atividade agropecuária, e de uma forma geral, aqueles que se projetaram 'nacionalmente' exerciam o direito ou a medicina. Nos materiais produzidos por esse grupo, Joaquina se apresenta como uma matriz política, curiosamente, uma mulher que só produz varões para a nação. Uma mulher fálica, ou uma mulher viril. Imagem que ao mesmo tempo denuncia que ela foi uma 'figura fora de seu tempo', que ocupava lugar e função diversa do que deveria ocupar uma mulher, e que para isso, de algum modo deixava de ser mulher. Isso pode muito mais reafirmar o

lugar das mulheres, do que propriamente contribuir para sua ‘emancipação’, posição inversa a que suscita outra imagem construída em torno de Joaquina do Pompéu.

b) Joaquina Feminista: vista como um exemplo de / e para a mulher na história do Brasil. Imagem presente tanto na lembrança dos que se consideram seus descendentes, produtores da maior parte do material escrito sobre ela, como em grande parte da população das cidades do Alto São Francisco, em que a pesquisa foi realizada²⁶. Vista como ‘exemplo de mulher adiantada para seu tempo’²⁷, que agia “no mesmo pé de igualdade ao homem”²⁸, merecedora de ter sua memória cultivada ao lado de outras “milhares de brasileiras que, inconformadas com sua condição se rebelaram contra a situação estabelecida: (...) contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino”²⁹

c) Joaquina Bandeirante: Desbravadora do sertão/colonizadora/senhora de escravos: Imagem formada por uma dupla dimensão: bandeirante, desbravadora do sertão do oeste mineiro, Joaquina do Pompéu, tem seu lado dizimadora de índios, característica confundida à de seu marido que era capitão de milícias “caçador de negros fugidos e de índios”³⁰, Capitão Inácio de Oliveira Campos. Bandeirante, ao mesmo tempo ‘brava e forte’³¹ e também uma ‘dama antiga’, portadora de fidalguia e disseminadora da civilização no oeste mineiro³². Maldade e heroísmo que não se contrapõem, mas parece completarem a imagem desenhada tanto na perspectiva dos colonizados como na dos colonizadores.

Nos limites deste texto, detenhamo-nos na primeira imagem estabelecida, nos materiais utilizados, seu papel na definição do grupo social e sua eficácia na lutas políticas, delegando para o grupo dos descendentes a herança de seu caráter político, projetando-lhes um lugar de destaque na organização da política nacional: Aqueles que se identificam como herdeiros, principalmente das qualidades morais: inteligência, dinamismo, religiosidade, patriotismo, generosidade³³, da projeção social e/ou do ‘talento’ político de Joaquina do Pompéu, procuram imortalizar sua figura através de registro escrito: estes são responsáveis pela maior parte dos escritos sobre ela. Vista como mulher de “prestígio, autoridade e ação”, que enche de “ufania sua raça, tanto mais quanto todas aquelas virtudes que tanto lhe exaltam a personalidade, aliás herdadas em grande parte de seus ancestrais, se

mostrem perpetuados em seus descendentes”³⁴: fonte e matriz do “caráter inamalgável” de seus descendentes. Matriz, palavra que lembra origem, útero, “fundamental para a constituição do Brasil como nação livre. (Por) Oferecer todos os bens e a própria vida, em prol da Independência do Brasil, é uma prova do mais elevado e sublime patriotismo”³⁵. Pela memória, Joaquina transcende o seu papel de matriz para reforçá-lo: deixa de ser simplesmente o útero que gera um clã . Adquire feição de heroína: “não conhecemos nenhum outro herói nacional, uma prova tão eloqüente de amor pela Pátria”³⁶.

Joaquina, heroína nacional? Ao indagar sobre o lugar que a Inconfidência Mineira ocupa na memória ‘nacional’, e o lugar que Tiradentes ocupa como o maior herói do país, Arruda observa que a evocação do nome de Tiradentes por políticos mineiros é como um rito de cunho político que abre “a porta da afirmação política dos mineiros no concerto nacional” . Evocar o nome de Joaquina do Pompéu e colocá-la como uma heroína nacional não seria uma tentativa de ritualização, e aí estamos falando de uma função mítica, para se projetar um grupo social restrito na política nacional? Se Joaquina é a matriz de um grupo político local, uma figura mítica, evocar seu nome é um rito. Nesse sentido é fundamental preservar “as tradições de respeito, prestígio moral, intelectual, social e político de que a família sempre desfrutou desde antigas eras”³⁷ – o seu caráter (nacional). Lembrar de Joaquina do Pompéu é uma forma de identificação da família – detentora do poder local, com o regional e o nacional. Acredita-se que “a família é o elo central, dela dependendo a formação da nacionalidade”³⁸.

Diante disso seria pertinente lembrar a observação de Seixas: a se confirmar que a presença e intervenção dos mitos políticos na história potencializam-se nos momentos de crise, “então podemos compreender o alcance da força da memória na construção dos mitos identitários que tem informado contemporaneamente as ações de reconhecimento social e político”³⁹.

¹ Mestrando em História Social, Universidade Federal de Uberlândia/MG.

² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da Ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. Tese de Titular apresentada ao Departamento de História/UNICAMP, 2002. p.73 (mimeo.)

³ Indicado principalmente por HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

⁴ LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. p.46-47.

⁵ Cf. BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.19

⁶ BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.14.

⁷ SILVA, Alberto da Costa e. *Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta: A grande Transação*. São Paulo: Senac, 2000. p.38

- ⁸ DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade. In: SEIXAS, Jacy ; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 95-6
- ⁹ BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.16.
- ¹⁰ BRESCIANI, Stella Martins. Op. Cit. p.22-23.
- ¹¹ CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. p.13.
- ¹² CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. p. 27.
- ¹³ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. p. 28.
- ¹⁴ CHAUÍ, Marilena. Op. Cit. Idem.
- ¹⁵ Cf. SOUZA, Octávio. *Fantasia de Brasil. As identificações na busca de identidade nacional*. São Paulo; Escuta, 1994.
- ¹⁶ D. Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Soto Maior de Oliveira Campos, que ficou conhecida pelo lugar em que construiu a sede de sua fazenda, no interior de Minas Gerais – Pompéu.
- ¹⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- ¹⁸ VIANNA, Oliveira. Idem. p.97.
- ¹⁹ BRESCIANI. Op. Cit. p.21-22.
- ²⁰ John Wirth identifica o ano de 1923 como sendo de reavaliação das raízes mineiras por um grupo de 10 escritores mineiros. Dentre eles, Gustavo Capanema, Milton Campos e João Dornas Filho. (A propósito, os dois primeiros têm sua em sua biografia o registro de que são 'descendentes do clã de Dona Joaquina do Pompéu.) Cf. WIRTH, Johon. *O fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira*. (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ²¹ Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ²² ARRUDA, Idem. p.104.
- ²³ BRESCIANI, op. Cit. p. 18
- ²⁴ SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos Inelásticos da memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, M. S., MAGALHÃES, M.B., SEIXAS, J.A (org.) *Razão e paixão na política*, Brasília. Ed. da UNB, 2002. p.63.
- ²⁵ SEIXAS, Jaci A. de. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.
- ²⁶ Foram realizadas entrevistas orais gravadas com moradores do municípios de Abaeté, Paineiras, Pompéu, Morada Nova de Minas, Belo Horizonte, Martinho Campos. No período de agosto de 2004 a janeiro de 2005.
- ²⁷ Expressão de um dos entrevistados, habitante da cidade de Pompéu, que se identifica como descendente. Entrevista realizada em 06/01/2005. Também imagem relacionada a outra 'grande mulher' do imaginário mineiro: Dona Beja de Araxá: "Dona Beja sobrevive, apropriada pelos discursos atuais como a "mulher à frente de seu tempo", a feminista precoce que se dava o luxo de escolher sem esperar ser escolhida" (MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. *Dona Beja: Desfazendo as Teias do Mito*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. (Dissertação de Mestrado), p.20)
- ²⁸ RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 13.
- ²⁹ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar ed., 2000, p.9.
- ³⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. v.5. p. 216.
- ³¹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.8.
- ³² PENA, Gustavo. Dama antiga. Crônica de 1941, reproduzida in: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 65-66.
- ³³ RIBEIRO, op cit. 1956, p.32,
- ³⁴ RIBEIRO, op cit. p.32,
- ³⁵ Guimarães, Jacinto. Em Discurso proferido em 1979, por ocasião do centenário de Pitangui.
- ³⁶ CAMPOS, Deusdedit P. Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003. p.13
- ³⁷ SILVA, Ignácio Ferreira Álvares da. Gerais de todos os tempos: Reminiscências dos tempos das Gerais e Folhas Caídas. Brasília: Verano, 1999.p.102.
- ³⁸ Silva, op. Cit. p.103.
- ³⁹ SEIXAS, Jaci A. de. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.